

**PROPOSIÇÕES APROVADAS NO 1º ENCONTRO DE NEGROS E
NEGRAS DO SINTRAJUFE/RS REALIZADO EM 28 DE OUTUBRO DE
2023 À DIREÇÃO DO SINTRAJUFE**

Proposições Específicas

1. Cobrar dos órgãos capacitação e letramento racial para servidores e servidoras acompanharem as comissões de heteroidentificação, garantindo a aplicação plena da política afirmativa.
2. Estimular o sindicato e os órgãos a coletar dados de pesquisa censitária sobre sindicalizados(as) autodeclarados(as) negros, negras, pardos, pardas, pessoas LGBTQIAPN+ e PCDs.
3. Atualizar o cadastro do sindicato acerca de dados de raça, gênero e deficiência e, a partir desses dados, construir um plano para a sindicalização das maiorias minorizadas.
4. Reforçar, nas campanhas de sindicalização, a existência de núcleos temáticos no sindicato que tratam da pauta das mulheres, de pessoas negras, de pessoas com deficiência e de pessoas LGBTQIAPN+ e que realizam reuniões periódicas.
5. Mapear e acompanhar as pessoas que ingressaram a partir de cotas, tanto raciais quanto para pessoas com deficiência, visando diagnosticar eventuais problemas enfrentados por esses públicos.
6. Adotar cotas para a direção do sindicato e para contratação dos e das funcionárias, bem como para as assessorias das Secretarias, visando a manutenção das práticas já adotadas pelas últimas gestões da entidade.
7. Atuar junto aos órgãos no sentido de promover permanentemente atividades de formação para uma postura antirracista.
8. Elaborar estratégias de comunicação sindical que levem em conta o antirracismo, a intergeracionalidade e a acessibilidade.

Proposições Gerais

1. Cobrar das instituições, especialmente o Ministério Público, ações efetivas de enfrentamento do fenômeno da seletividade racial letal, que afeta majoritariamente a população negra em geral, sobretudo a sua juventude;
2. Apoiar iniciativas que proponham o fim da política militarizada (herança da ditadura civil-militar), especialmente, no que toca ao combate às drogas, que tem se transformado numa política genocida do povo negro;
3. Trabalhar ao lado dos demais Sindicatos e Centrais Sindicais pela revogação da reforma trabalhista, da terceirização e pelo arquivamento da PEC 32, na medida em que o trabalho precário afeta de modo desproporcional a população negra;
4. Defender políticas públicas afirmativas que enfrente a desigualdade social vinculando, sempre e de maneira indissolúvel, as questões de raça e gênero às questões de classe: medidas devem ser adotadas para que cotas raciais e de gênero facilitem o acesso ao serviço público não de quaisquer pessoas, mas dos filhos da classe trabalhadora.
5. Cobrar do Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração do Programa Nacional de Ações Afirmativas do Governo Federal o efetivo aperfeiçoamento e o aumento no percentual de cotas previsto em Lei para o serviço público federal, com objetivo de aumentar a representatividade de negros e negras nos órgãos públicos, além de ações efetivas que contribuam com a cultura antirracista.
6. Cobrar a aprovação do Projeto de Lei 1.958, de 2021, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), que tramita no Senado e mantém a reserva de 20% das vagas em concursos públicos da União para pretos e pardos por mais dez anos. Além disso, é imprescindível que essa política seja mantida enquanto houver a desproporção étnica no serviço público.
7. Cobrar das administrações do PJU e MPU a inclusão de cota de gênero e raça para o preenchimento dos cargos de direção;